



CARNAVAL JUIZFORANO, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DAS DINÂMICAS E DISPUTAS QUE ATRAVESSAM A FESTIVIDADE

Amanda Pimentel Lira Cruz

Mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora

amandapimentel33@outlook.com

Resumo

O presente trabalho se insere dentro do campo de pesquisas do Pós-abolição, área que vem ganhando força nas últimas décadas principalmente pela ênfase dada à análise das sociabilidades, condições e maneiras de conceber o pós-13 de maio, voltando-se às perspectivas dos libertos egressos da escravidão e de seus descendentes. Um elemento essencial que irá configurar este momento, sobretudo nas primeiras décadas do século XX em que vê-se ganhar força o discurso da democracia racial, será o silenciamento sobre as memórias negras.

Tal elemento que constitui uma das marcas do racismo brasileiro, segue presente na narrativa oficial da história, destacadamente a daquelas cidades que receberam grandes contingentes de pessoas à serem escravizadas, como é o caso de Juiz de Fora na Zona da Mata de Minas Gerais.

Esta pesquisa, portanto, busca trabalhar com os elementos acima expostos analisando alguns dos aspectos da cultura e sociabilidades negras na cidade de Juiz de Fora, neste caso a constituição do Carnaval e dos desfiles de Escolas de Samba, bem como as disputas que os cercam ao decorrer de sua história. Dessa maneira, analisando não somente o contexto local de Juiz de Fora, como também suas articulações dentro do contexto regional e nacional, localizando-a enquanto uma cidade diaspórica.

Carnaval em Juiz de Fora, uma longa tradição

O antigo arraial do Santo Antônio do Paraibuna, antes de se tornar a Juiz de Fora que ainda hoje pode ser considerada a “capital da Zona da Mata”, teve seu povoamento maciço em fins do século XVIII e início do século XIX. No entanto, é com a expansão cafeeira chegando em seu auge que a vila recebe a alcunha de cidade, sendo intitulada Juiz de Fora apenas no ano de 1865. A cidade mineira irá integrar mais uma, dentre as tantas localidades de Minas Gerais,



Rio de Janeiro e São Paulo, que compunham o Vale do Paraíba cafeeiro e escravista. Em meados da segunda metade do século XIX, Juiz de Fora já despontava como a principal cidade escravista de Minas Gerais dado ratificado pelo censo de 1872 que apontava que 2/3 da população local era composta por negros escravizados.

A cidade se tornou com o tempo o principal ponto comercial no que se refere à produção e escoamento do café vindo das localidades próximas, sendo também um importante entreposto de mercadorias diversas, de escravizados, manufaturas, dentre outros elementos. No período inicial do pós abolição, em meados do final do século XIX e início do XX, ocorre na região um maciço êxodo rural das populações negras advindas, sobretudo, das fazendas de café de localidades próximas a Juiz de Fora.

A proposta de estudar o carnaval juizforano inclui-se neste processo de pensar as memórias negras e suas contribuições à história da cidade como contraponto à uma narrativa oficial que insiste em silenciá-las. Trazendo a compreensão da importância de situar Juiz de Fora e a Zona da Mata como pertencentes ao legado cultural deixado pela última geração de africanos e seus descendentes que é trazida às regiões cafeeiras do Sudeste no século XIX.

O surgimento da instituição Escola de Samba por exemplo, surge atrelado a esse legado, fazendo com que Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo possuam em alguma medida um paralelismo quanto ao surgimento das escolas (vê-se a proximidade das datas de fundação das primeiras escolas no Rio e em Juiz de Fora) e outras manifestações culturais como Jongo, Congadas, Folia de Reis, entre outras.

Falemos agora do Carnaval em si, esta festa popular que no Brasil foi assimilada enquanto uma parte importante de sua identidade cultural, mas que, no entanto, não tem suas raízes aqui. Não se pode precisar ao certo a localidade ou período em que estas manifestações populares se iniciaram, são identificados historicamente características que remetem à festa em algumas manifestações religiosas como as do Egito Antigo, da Babilônia, certos rituais gregos e romanos, havendo também indícios de seu surgimento a partir da Igreja Católica.

De acordo com o pesquisador Felipe Ferreira em "O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro" (2004), é possível haver indícios de manifestações carnavalescas na Antiguidade, porém, onde se pode perceber com mais exatidão tais aproximações é a partir do ano de 604 d. C., quando o papa Gregório I decide que em dado momento do ano os fiéis deveriam abandonar suas atividades cotidianas e se dedicar exclusivamente à vida espiritual. O tempo que duraria



quarenta dias, como referência ao período em que Jesus ficou em jejum no deserto, passando por provocações de espíritos malignos, ficou conhecido pelo nome de "quadragésima" ou "quaresma". (FERREIRA, 2004)

Os primórdios da festa ao acontecerem no Brasil remetem ao período da colonização, quando portugueses trazem elementos tais como os “Carros das cavalhadas”, espécie de carro alegórico- que se difere do carnavalesco- que desfilavam em comemoração a certas datas consideradas relevantes pela monarquia, a exemplo do nascimento de alguns de seus membros. Outro elemento, e provavelmente um dos que tiveram maior destaque, era a prática do Entrudo. Por acontecerem nos dias que antecedem a “entrada” da Quaresma, as brincadeiras ficaram conhecidas como Entrudo, e eram realizadas de diversas formas em cada cidade do país. Festas, danças nas ruas e encenações populares, organizadas pelas autoridades, pelas corporações de ofício ou pelo próprio povo ocupavam as praças dos centros urbanos do país.

O elemento mais marcante do Entrudo era a tradição de pregar peças nas pessoas, sendo conhecidas ou não, havia também a divisão entre Entrudo familiar e popular. O primeiro possuía regras próprias de acordo com a família, seguindo sempre a figura patriarcal, já no segundo, praticado no âmbito público, não haviam regras estabelecidas, e por seu próprio caráter foi tornando-se cada vez mais em alvo de críticas, principalmente das elites.

O resultado disso foi que logo após a independência do país já havia uma verdadeira campanha contra essa diversão. “Precisamos acabar com essa imundície”, comentavam os jornais. “Temos que exterminar o entrudo”, conclamava parte da burguesia brasileira. “O governo precisa inventar uma nova diversão carnavalesca”, bradavam os políticos. (SAMBA, 2014)

Em Juiz de Fora não foi diferente, a prática do Entrudo também fazia parte do cotidiano da população às vésperas da Quaresma, como se pode ver pelas páginas do jornal O Pharol, na referida edição N. 16 de 24 de fevereiro de 1881.

“O entrudo é nocivo a saúde, pôde ocasionar enfermidades. E o carnaval com seus excessos, tiorgas, et magna committante caterva?...” “Se é permitido o carnaval deve sêl-o tambem o entrudo, eis a these.” “Ao carnaval não podem concorrer as familias, não só por ser improprio ás senhoras, como por que traria a ruina de muitos chefes com despesas superfluas e exaggeradas; logo só lhes resta o recurso do entrudo, de que não se lhes deve privar..”



Podemos notar através destes trechos a ênfase em uma defesa das práticas do entrudo frente à repressão do momento, assim como a construção de uma argumentação que legitime a manutenção da brincadeira, ainda que coexistindo com as manifestações carnavalescas que em muito se diferenciavam.

No entanto, o resultado de toda a crítica e repressão a tais brincadeiras foi de fato uma mobilização por partes da elite que exigiam que “O governo precisa inventar uma nova diversão carnavalesca”. É dentro deste contexto que surgiram as primeiras sociedades carnavalescas, inspiradas sobretudo nos bailes mascarados e passeios de carruagem parisienses. Em pouco tempo, o número de sociedades carnavalescas no Rio de Janeiro já era grande e seu perfil era variado.

“O Carnaval está vencendo o Entrudo”, proclamava a elite nos estandartes montados sobre suas carruagens e sobre os carros alegóricos que começavam a aparecer em alguns grupos. Apesar disso, o povo das ruas e boa parte da própria elite não abria mão das brincadeiras menos sofisticadas e a bagunça “entrudística” teimava em continuar existindo sob a forma dos antigos foliões avulsos, com suas seringas e baldes de água, e dos grupos populares semi organizados, verdadeiros “blocos de sujos”, conhecidos então como zé-pereiras.¹⁵ Neste momento de fins do século XIX e início do século XX, já era notável a variedade de formas de organização criadas para a festividade.

Falemos um pouco de algumas dessas organizações nascidas da “confusão” de formas de se pular o Carnaval e que foram predominantes nas primeiras décadas do século XX, são elas, os ranchos, blocos, corsos, cordões e as já citadas sociedades. Em Juiz de Fora tais elementos também se fizeram bastante presentes, e no de 1910 como consta no jornal Panorama “a festa de rua começou a ganhar organização, com os desfiles das entidades (blocos, grupos, sociedades carnavalescas...), obedecendo a uma ordem” (2004, p.2).¹⁶ Alguns dos grupos mais conhecidos eram os “Graphos”, os “Planetas”, “Grupo dos Vagalumes”, “Quem São Eles”, “Grupo Chorona” e “Arrepiados da Estrela”, dentre outros.

É também por essa época que surgem as famosas batalhas de confete, tradição que irá perdurar na cidade até meados da década de 1970. A prática consistia em os foliões jogarem uns nos outros confetes, serpentinas e lança-perfumes.



Foi ainda nos anos 20 que chegou a cidade as Batalhas de Confete... . Estas festas de Momo ficaram marcadas pelo lança-perfume, pela serpentina e os cordões de rua. Para as classes mais abastadas, existiam os bailes a rigor do Clube Juiz de Fora. (JORNAL PANORAMA, 2004, p.2)

A partir da década de 1920, com os desfiles carnavalescos ganhando uma dimensão cada vez maior, já não era mais possível que se mantivesse seu trajeto pela rua Halfeld. (ALMADA, 2014). Sendo assim, os desfiles foram levados para a Avenida Barão do Rio Branco, local onde o carnaval juizforano encontrará seu auge, e que será também um dos principais espaços de disputa pelo centro da cidade, conforme analisaremos posteriormente.

A essa altura, as sociedades carnavalescas tanto na capital quanto em cidades como Juiz de Fora, já gozavam de grande estrutura com suas várias alegorias, número de membros e foliões que as acompanhavam. Os cordões, (forma de manifestação carnavalesca em que os foliões andavam em fila), eminentemente negros, nunca gozaram de boa reputação. Os ranchos e os blocos se sofisticavam, apresentando enredos mirabolantes e fantasias ricas e grandiosas ao som de melodias que lembravam as marchas portuguesas.

É neste contexto que o Samba desponta como um dos principais ritmos nacionais, e ganha força também dentro das comemorações carnavalescas, com a participação dos grupos de “samba do morro” advindos das favelas cariocas. Atraídos para o “asfalto”, esses grupos musicais chamavam a atenção pelo novo estilo de samba “batucado”, diferente do samba “maxiado” que fazia sucesso na época, e pela harmonia das vozes das pastoras. (SAMBA, 2014)

São sobretudo estes grupos que irão se transformar no que conhecemos hoje por Escolas de Samba, referência ao nome pelo qual muitos ranchos eram conhecidos, os “rancho-escolas”. A primeira dessa nova organização carnavalesca surge no Rio de Janeiro, em 1928, a Deixa Falar. Em Juiz de Fora as escolas também não demoram muito a se organizar, pouco tempo depois da primeira escola ser fundada na capital, é criada na cidade a Turunas do Riachuelo de 1934, a primeira de Minas Gerais e quarta do país. Seguem abaixo o primeiro samba da agremiação intitulado “Sorri”, apresentado aos foliões no ano de 1939.

Sorri

O teu sorriso não faz mal a ninguém

Sorri



Não sabes quanto de belo ele tem

Vem

Vem sorrindo ao meu lado

Com teu sorriso prateado

Quero gozar dele também

Se tu não sorri

Sinto a minh'alma vazia

Ponho-me a pensar

E sinto a nostalgia

Do teu sorriso encantador

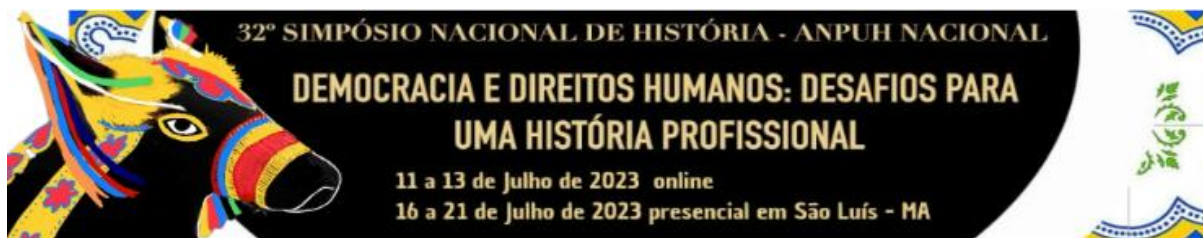
Que me deixa embriagado

E louquinho de amor

No entanto, é de se destacar que possuindo destaque no Carnaval, estas agremiações juntamente com os blocos, eram muitas das vezes alvo de grande antipatia por parte de elites e autoridades, frequentadoras das sociedades carnavalescas. Sociologicamente, sabe-se que o advento das Escolas de Samba, um tipo de agremiação carnavalesca diferente das existentes nos anos 30, deveu-se a uma necessidade popular de manifestação coletiva.

As grandes Sociedades (préstitos), os Ranchos e os Clubes, nem sempre admitiam em suas fileiras os quadros de pessoas que fossem de classes sociais menos favorecidas. E sendo os grupos de sambistas ainda vistos na época com olhos bastante repressivos, principalmente por parte das autoridades policiais, porque permitiam uma certa promiscuidade com pessoas de má fama, nada mais natural do que tentar, espontaneamente, uma oficialização daqueles anônimos núcleos carnavalescos. (MOSTARO, FILHO, MEDEIROS, 1977, p. 26-27)

É dentro deste contexto que em fevereiro de 1939, alguns rapazes residentes na Avenida Sete de Setembro irão formar um bloco que logo mais se transformou na segunda escola de samba da cidade, a Feliz Lembrança. O grupo que desfilava no carnaval ao som de surdas, tamborins, pandeiros, violões e cavaquinhos, posteriormente começou a ganhar destaque no carnaval juizforano, sobretudo, à época em que Euclides Carvalho e sua família estavam à frente da agremiação.



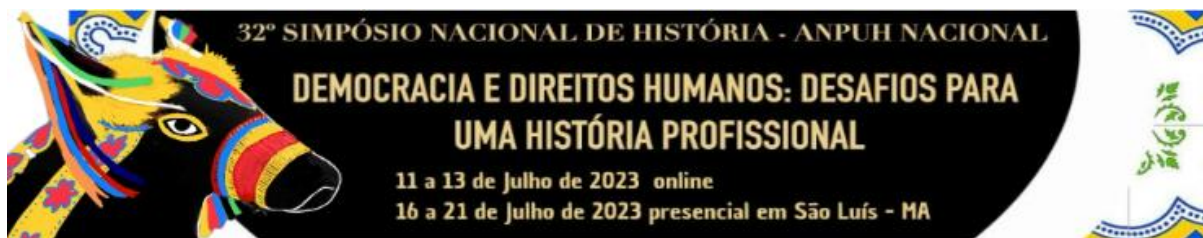
Sobre a família Carvalho há que se fazer um parênteses. Da mesma forma que os Turunas em seus primórdios tiveram um núcleo familiar de sustentação (a família Toschi aliada ao pioneirismo de José Oceano Soares), a Feliz Lembrança contou de maneira decisiva com os Carvalho. A residência do "seu" Euclides era sede, local de ensaio, atelier, enfim, a Escola saía de sua casa. (MOSTARO, FILHO E MEDEIROS, 1977, p. 71)

A Feliz Lembrança esteve presente em boa parte dos desfiles, com muitas alegorias, componentes e foliões, sendo a responsável por um dos samba enredos de maior destaque, “Ah se eu fosse feliz”, de composição de Djalma de Carvalho, Juquita e B.O. A escola é consagrada a primeira campeã do carnaval de Juiz de Fora em 1966, disputa que ocorre pela primeira vez na cidade, em moldes semelhantes à disputa carnavalesca no Rio de Janeiro. O samba campeão intitulado "Mascarada Veneziana" tem a composição de José Carlos de Lery Guimarães e de um dos principais nomes da música juizforana, Nelson Silva. Segue a foto da escola desfilando no carnaval de meados dos anos 1950, na imagem vê-se Nancy de Carvalho, a primeira porta-bandeira na cidade, junto de Nelson Silva, maior ídolo da escola, e responsável pelo samba campeão de 1966, ao lado de José Carlos de Lery Guimarães.

Alguns anos mais tarde, já na década de 1940, a terceira escola de samba de Juiz de Fora se oficializa, é a Castelo de Ouro do bairro São Benedito. O antes conhecido “Cordão do Arado” que tinha à frente Orlando dos Reis, passou a intitular-se como escola a partir de janeiro de 1947. Considerada por muitos como a "mais simpática agremiação da cidade", a Escola nunca ganhou um Carnaval em Juiz de Fora, mas teve em sua safra grandes nomes da música local, como Zezé do Pandeiro, Bené, Mamão, Walter de Paula, entre outros. Com as cores amarelo e preto, a agremiação possuía sede na Rua Agilberto Costa, nº 543, e teve como presidente na época o Sr. Euclides Manoel.(BARBOSA, 2014)

Apesar de na época, ainda não haver o concurso oficial no Carnaval, aconteciam os primórdios do evento: os festivais de várzea, onde os confrontos de samba eram realizados em 44 campos de futebol da cidade. Um dos primeiros concursos ganhos pela Turunas foi realizado pelo Mangueira Futebol Clube, no campo do antigo lamaçal, hoje bairro Bom Pastor (MOSTARO, FILHO E MEDEIROS, 1977)

A essa altura Juiz de Fora já possuía um bom número de escolas de samba e blocos que futuramente viriam a tornar-se também escolas, assim como algumas já citadas aqui. Na década



de 1960 surgem mais duas importantes agremiações, a Unidos dos Passos, fundada por rapazes do bairro Senhor do Passos na região Sul da cidade, e também o “Bloco do Olavo”, futura Juventude Imperial, do bairro Olavo Costa, na zona Sudeste.

Também a essa época, antes da primeira competição entre as escolas ser oficializada, o espaço público era tomado pela população que se dividia em participar- além das escolas, corsos, ranchos e bailes- das muito conhecidas batalhas de confete que perduraram durante muitas décadas na festa carnavalescas e que ainda hoje é muito lembrada por aqueles que vivenciaram tal época, ainda que mais jovens, como conta Dona Nancy de Carvalho, também em entrevista cedida a Débora Almada:

“Eu me lembro que o desfile era assim: Rua Halfeld e Marechal. Cada bairro fazia a sua batalha. Era bom pra caramba. Era muito diferente do que temos hoje. Tinham muitos blocos, corsos com seus carros enfeitados. Tinha muito confete, serpentina e lança-perfume. Participavam escolas de samba, blocos. Os carros então, todos enfeitados. Aí eles paravam, as mulheres desciam para sambar, aí subia todo mundo e continuava o desfile. E tinha uma rivalidade tão grande entre os Turunas e a Feliz Lembrança. Sempre acabava em briga. Uma vez, fomos numa batalha lá no Mariano, aí tinha o palanque onde o pessoal tocava. Aí o pessoal do Turunas subiu no palco e derrubaram o pessoal da Feliz que estava lá em cima tocando. Era uma brigaiada danada. Mas só no carnaval. Saiu dali todos eram amigos... Já o baile foi quando eu fiquei mais velha, depois dos meus 15 anos. Tinha nos Bancários, no Tupi, no Tupynambás. Meu pai era maravilhoso. Ele que levava a gente. Não era só eu não, minhas irmãs também. E as colegas das minhas irmãs ele levava também. As Batalhas eram antes, uma semana antes. E duravam até o carnaval.”

Na fala da primeira porta bandeira a desfilar, podemos perceber não somente a grandiosidade e diversidade do carnaval, mas o cotidiano de quem vivenciou de perto e construiu a festa. As maneiras de relacionar-se entre si também se incluem nesse cenário em que as afetividades, solidariedades, organização, e inclusive as disputas e suas formas de expressão, a exemplo da fala de Dona Nancy, são partes constituintes dessa sociabilidade.

O Carnaval e suas marcas na história da cidade

Na década de 1960, com o golpe civil militar em curso a partir de 1964 e suas políticas de censura que vieram posteriormente, o carnaval também foi atingido de certa forma. Os sambas



deviam ser previamente enviados ao censor para que fossem avaliada sua aprovação, assim como diversos outros elementos da cultura que passavam pelo mesmo processo.

Ainda assim, é a partir dessa década que os concursos oficiais começam a acontecer, sendo o primeiro em 1966, com iniciativa do Departamento Autônomo de Turismo. O DAT foi um órgão criado, por iniciativa de Dante Antônio Pereira, com o objetivo de “gerir o nosso potencial turístico”. Em 1965 iniciou um trabalho para dimensionar, em termos oficiais, os desfiles das Escolas e Blocos. Ornamentações com elementos, recursos próprios, um planejamento global”. A mudança de local, da rua Halfeld para a Avenida Rio Branco também foi sua iniciativa, segundo o autor “o espectador ficava praticamente encurralado”. Na Avenida, levantou-se “arquibancadas e a obrigatoriedade das Escolas de Samba apresentarem enredo”. Já em 1966, com a organização do primeiro concurso assume: “copiei o modelo do Rio” para os quesitos de “julgamento para as Escolas e Blocos” (FONSECA, 2019)

As escolas nesse momento, podiam contar com a grande ajuda do poder municipal para gerir seus custos e na organização do carnaval em si. Neste primeiro desfile, a Feliz Lembrança sagra-se a grande campeã, com o clássico samba enredo “Mascarada Veneziana”. Outras agremiações também se fizeram presentes no desfile, como por exemplo a Turunas do Riachuelo, a Castelo de Ouro, e os blocos Juventude Imperial (à época como bloco) e Unidos de Santa Luzia.

Devido às eleições e a troca de prefeitura no ano seguinte, os desfiles não aconteceram, retornando em 1968 já na administração de Itamar Franco. Neste ano, o título fica com o Bloco Unidos dos Passos- que futuramente também se transforma em escola-, mas um dos sambas que mais marcaram o público foi o da Feliz Lembrança, intitulado “Zunga-Rei, um rei de certa região de África que é capturado para ser escravizado no Brasil.

Em 1969, novamente como em anos anteriores que por questões administrativas do poder público, os desfiles não se organizaram, somente os blocos saíram neste carnaval. No entanto, a chegada da década de 1970 traz consigo uma maior força às tradições carnavalescas, e os desfiles retornam, agora com maior número de escolas de samba, muitas anteriormente citadas como blocos, como a Juventude Imperial que em 1969 modificou sua denominação.

Nesse período, a cidade verá o tricampeonato conquistado pela Escola de Samba Juventude Imperial do bairro Olavo Costa, em 1970, 1971, 1972 que com forte inspiração nas Escolas de Samba cariocas, acompanha as inovações e adequam sua bateria às batidas mais aceleradas que



os cariocas já usavam. “A Juventude trouxe um ritmo de bateria do Rio de Janeiro que não era praticado pelas concorrentes locais”, além da inovação nas levadas da bateria, a escola sempre foi conhecida pela sua organização e associação entre a comunidade do bairro (FONSECA). A escola, tendo à frente Manoel Quirino, autor, compositor e intérprete, lidera os quatro concursos posteriores se sagrando tetracampeã do carnaval juizforano em 1974.

Porém, aproximando-se da década de 80, a Avenida Rio Branco passa por um projeto de reestruturação, o que impediu que se continuasse a realizar os desfiles, nesta, considerada a principal via da cidade. Para além disso, é importante destacar que neste momento o repasse de verbas do poder público já não é mais o mesmo, o que virá a influenciar a organização das escolas para o carnaval.

A década de 1980, portanto, viverá processos de modificações nas formas de se brincar o carnaval na cidade, a exemplo das arquibancadas que não eram mais postas na Avenida Rio Branco, com o argumento de que havia a interferência no fluxo do trânsito. É também a partir dessa década que os desfiles de escolas de samba são realocados praticamente ano após ano pelas administrações municipais, com a tendência a afastá-los cada vez mais do centro da cidade, sobretudo daquelas partes mais valorizadas pela elite local.

Em 1982 a prefeitura de Juiz de Fora opta por transferir os desfiles para a Avenida Getúlio Vargas, da altura da rua Santa Rita, em direção à rua São Sebastião. Contudo, a mudança gerou efeito bastante negativo, principalmente em relação aos comerciantes da avenida em questão, que se queixavam dentre várias coisas, da baixa nas vendas, alegando que as mesmas advinham de desvios nos pontos de ônibus por conta da montagem das arquibancadas. Quanto às Escolas de Samba, foram diversos os fatores que geraram desgastes na relação com a prefeitura. Além da recusa e posterior demora do empresário Rubens Vasconcelos e o Coronel Félix em indicar pessoas ao corpo de jurados do desfile, teve-se também um elemento essencial que era a continuidade das questões que envolviam repasses de verbas às agremiações.

Há uma semana do evento, os dirigentes das Escolas de Samba se reuniram na Prefeitura durante duas horas para a discussão da liberação da verba que ainda não tinha sido passada a eles. Elas alegaram que se não saísse no prazo de cinco dias, não aconteceria o desfile, já que estavam passando por problemas financeiros. A resposta do Secretário de Governo da época, Fernando Rainho, era de que a Câmara Municipal não tinha aprovado a lei que autorizava esse pagamento. O mesmo foi entregue às agremiações um tempo depois do debate (ALMADA, 2014: p. 87).



O processo que foi levando a um determinado enfraquecimento do carnaval juizforano, especialmente às escolas de samba, podemos observar nas falas de vários depoentes aos quais tivemos contato, como o senhor João Batista, mestre de bateria que passou por diversas escolas, blocos e hoje possui bateria própria, e que gentilmente nos cedeu uma entrevista ao projeto citado na introdução deste trabalho.

“O povo esperava o carnaval de Juiz de Fora chegar, vinha pessoas de fora pra curtir o nosso carnaval. A gente ficava animado quando começava a montar as arquibancadas na Avenida Rio Branco, a gente descia lá pra ver como tava, depois voltava pra escola pra comentar, ensaiar e se preparar. Era uma sensação indescritível, eu pensava ‘poxa eles tão montando aquilo ali pra eu passar’.” “É tanto que o carnaval chegou a ser o segundo melhor do Brasil, imagina, você se comparando com o Rio de Janeiro e perdendo por pouca coisa. E hoje em dia a gente não sabe como isso chegou ao final.”

É interessante perceber primeiramente os elementos da memória, quando ele conta do orgulho que sentia por ver que havia uma estrutura sendo montada para que vissem ele desfilando, compreendendo que tanto ele quanto seus companheiros eram sujeitos históricos importantes para aquele momento da história que estava sendo construído. Outro ponto importante diz respeito à própria espacialidade da cidade, senhor Batista nos conta de momentos importantes para o carnaval juizforano ocorridos na principal avenida da cidade, e em falas posteriores, traz um breve panorama das diferentes espacialidades que os desfiles passaram. Dos anos 60 à 80 ocorreram na Rio Branco, sob o mandato do prefeito Mello Reis; mudou-se para a Avenida Francisco Bernardino em 1981, depois para a Getúlio Vargas em 1982. Já em 1983, com a gestão do prefeito Tarcísio Delgado, que cria a campanha “Na avenida de novo, o carnaval do povo!”, volta-se para a Rio Branco novamente.

Se aproximando dos anos 1990, é chamado um plebiscito para encaminhar onde de fato ocorreria os desfiles de carnaval, e mesmo tendo vencido a Avenida Rio Branco, não ocorre desfile no ano em questão, havendo somente em 94. Bom, como se vê, foram muitas as vezes em que se alteraram os locais, a depender de um conjunto de fatores como troca de prefeituras, tensionamentos com empresários e comerciantes, entre outros.

As mudanças de local seguem praticamente em todos os anos em que houve desfiles, e será apenas em 2006, com o mandato de Alberto Bejani, que os mesmos passaram para a Avenida



Brasil, agora um pouco mais distante do centro e próximo a zona Leste da cidade. A modificação final acontece em 2014, quando o carnaval passa a acontecer em data antecipada como estratégia para atrair maior fluxo turístico, nesse momento, os desfiles que já algum tempo não ocorriam em todos os carnavais, passam definitivamente para o Sambódromo construído na zona Norte, em 2017, ano do último desfile de escolas de samba na cidade.

Ao fim da entrevista com mestre Batista podemos perceber uma avaliação quanto aos processos que atravessaram o carnaval e sobretudo os desfiles, bastante parecida com a de outra depoente que cedeu entrevista à essa pesquisa, a ritmista, instrutora e co fundadora do “Charmosas do Tamborim” Yara O. Canuto Ambos consideram que as seguidas mudanças no local dos desfiles, as relações complexas que foram se construindo entre escolas e poder público no que se refere à repasses de verbas, bem como certa desmobilização nos laços entre as escolas e suas respectivas comunidades, como relata que Yara “antigamente as quadras viviam cheias, sempre tinha festa, feijoada, com o tempo isso foi diminuindo”.

Outros elementos também podem se inserir neste contexto, como o próprio crescimento dos blocos na cidade, o crescimento massivo dos carnavais em cidades próximas e mais ao centro do estado como Ouro Preto e Belo Horizonte. No entanto, compreendendo os limites deste trabalho, estes últimos fatores necessitam de um aprofundamento maior da pesquisa de forma geral, o que se pretende fazer futuramente.

Por fim, ainda que seja perceptível que desde as últimas décadas do século XX e início do XXI, o carnaval juizforano- analisando do ponto de vista da indústria cultural- vem sofrendo processos de enfraquecimento, nota-se também, que o carnaval numa perspectiva de festa popular segue acontecendo na cidade, e não apenas no considerado pré carnaval, feito antecipadamente.

A imagem muitas vezes repassada de que em Juiz de Fora “reina o silêncio” nos dias oficiais do carnaval, é quebrada quando se vê a ocorrência de blocos e demais festividades não apenas no centro como nos muitos bairros da cidade.

Conclusão

É possível perceber- ainda que compreendendo os limites da pesquisa- como o Carnaval juizforano, e mais do que isso, a cultural popular na cidade, sempre esteve muito relacionada



às formas de sociabilidade que a população negra foi constituindo com o tempo, desde as primeiras décadas até o tempo presente.

No entanto, os copiosos e ao mesmo tempo sutis mecanismos de dominação, que envolvem também a escolha de determinadas narrativas, estiveram e seguem presentes na lógica das elites. Juiz de Fora não é uma das poucas cidades brasileiras em que o silenciamento sob memórias negras age, mas talvez seja uma das que consegue chamar mais a atenção, tamanho esforço feito para consolidação de uma História oficial de prestígio e enriquecimento, que busca não explicitar às custas do que isso se deu, e impõe um silêncio sob as histórias de quem sempre esteve por todos os cantos da cidade, trabalhando para fazê-la pulsar.

Quando pensamos no Carnaval, desde os primórdios do Entrudo, passando pelas Escolas de Samba, até o tempo presente, não são abundantes as pesquisas acadêmicas que trazem a discussão através de uma abordagem que leve em consideração as questões de raça ou classe social. Nota-se mais uma perspectiva de recontar e narrar o trajeto do Carnaval, muitas vezes deixando em segundo plano um enfoque sobretudo racial, e no entendimento de que a trajetória da festa é demarcada por disputas.

Por fim, buscamos através da pesquisa trazer uma abordagem histórica da festa, demonstrando o protagonismo daqueles sujeitos responsáveis por sua constituição, assim como demonstrar que o imaginário de uma Juiz de Fora sem comemorações carnavalescas, não se reflete na história e na memória. Enfatizamos, portanto, a necessidade de se analisar melhor certos elementos elencados ao longo do trabalho, como a relação dos blocos com o carnaval, sobretudo dos anos 80 em diante, e o jogo político em si, quanto a administração das festas carnavalescas.

Referências e fontes

Entrevistas:

Entrevista mestre João Batista - LABHOI UFJF.

Entrevista Yara O. Canuto - LABHOI UFJF.



Entrevista José Amaro - LABHOI UFJF.

Entrevista Nancy Ribeiro de Carvalho - Débora Barbosa Almada (Monografia)

Jornais:

O Pharol. Edição N. 16. Juiz de Fora, 24 de fevereiro de 1881.

JORNAL PANORAMA, Juiz de Fora. 2004, p.2.

Bibliografia

MATTOS, Hebe; LUGÃO RIOS, Ana M. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

Mattos, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 2º ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, 379p.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOMINGUES, Petrônio José. A insurgência de ébano: a história da frente negra brasileira (1931-1937). 2005. Tese (Doutorado)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA GUIMARÃES, Eliene. Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: Família, Trabalho, Terra e Conflito (Juiz de Fora- MG 1828-1928). 2006. Tese (Doutorado) - UFJF, [S. l.], 2006.

SOUZA FÉLIX BATISTA, RITA DE CÁSSIA. CLUBES NEGROS NA ESPACIALIDADE URBANA DE JUIZ DE FORA. 2015. Tese (Doutorado)- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza- CE, 2015.



BARBOSA ALMADA, Débora. Como será o amanhã:: Nove Décadas de Samba no Carnaval de Juiz de Fora. 2014. 157 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social da UFJF, Juiz de Fora, 2014.

ESTEVÃO DA FONSECA, Daniel. A CIDADE E A FESTA: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA SOBRE O CARNAVAL DE JUIZ DE FORA-MG.2019.201p.Dissertação (Mestrado) - UFJF, Juiz de Fora, 2019.

FERREIRA, Felipe. O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro. [S. l.]: Ediouro, 2004.

BARBOSA MOREIRA, Arthur. Carnaval em Juiz de Fora: identidade comunitária ou produto da indústria cultural? 2008. 179 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Umesp, São Bernardo do Campo, SP, 2008.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. 2006. Dissertação (Mestrado) - UFJF, [S. l.], 2006

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 22: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f.

PORTELLI, ALESSANDRO. HISTÓRIA ORAL COMO ARTE DA ESCUTA. [S.l.]:Letra e Voz, 2016. ABREU, Martha. Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930. [S. l.: s. n.], 2017.

ABREU, Martha. O Império do Divino:– Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.